

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA

ANEXO GEC

Processo: 00.004426/2025-07

Tipo de Processo: Aquisição/Contratação: Bens ou Serviços (Inclusive Licitações) - Dispensa

Assunto: Contratação de assinatura de pesquisa jurídica avançada para multiusuários

Interessado: Advocacia-Geral do Sistema

PROCESSO SEI 00.004426/2025-07 NOTA DE EMPENHO Nº 1061/2025

VALOR: R\$ 28.335,60

1. DA VINCULAÇÃO AO ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

1.1. Integra este instrumento o Ato de Autorização de Contratação Direta n.º 37/2025, bem como o Descritivo da Proposta de Preços constante no SEI nº 1288672, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

- 2.1. O pagamento será feito no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis da apresentação da nota fiscal, mediante atesto, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal.
- 2.3. No preço já estão inclusas todas e quaisquer quantias que eventualmente possam ser devidas para a consecução do objeto contratado e para o cumprimento de todos os deveres de diretos ora conferidos a contratante.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo da contratação será de 24 meses (assinatura bienal), podendo ser prorrogado, nos termos legais.

4. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 4.1. Caso o Contratado cometa qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, de:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;

- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 4.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 4.3. A aplicação das sanções previstas neste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 4.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 4.5. Pelo descumprimento das obrigações pactuadas, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas abaixo:

TABELA N° 01			
GRAU	CORRESPONDÊNCIA (%)		
01	4%		
02	2%		

TABELA N° 02			
ITEM	DETALHAMENTO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
А	Não reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado.	01	Por ocorrência
В	Recusar a substituição de equipamento determinado pela fiscalização, sem motivo justificado.	02	Por ocorrência e por dia
С	Não manter as condições de habilitação originárias da contratação.	02	Por item e por ocorrência
D	Descumprir qualquer das obrigações previstas neste anexo ao empenho.	01	Por ocorrência
E	Não entregar os produtos conforme as especificações e as qualificações estabelecidas na proposta de preços e seus anexos.	01	Por ocorrência e por dia
F	Não observar os prazos para entrega de produtos e/ou prestação do serviço.	01	Por ocorrência e por dia
G	Não prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.	02	Por ocorrência e por dia
Н	Não apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à habilitação.	02	Por ocorrência e por dia

4.6. O valor da multa será cobrado administrativamente do Contratado, e em não havendo sucesso, judicialmente.

4.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 5.1. Designar fiscal para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço contratado;
- 5.2. Atestar a nota fiscal/fatura ou devolvê-la, em caso de desacordo ou por descumprimento ao pactuado, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o seu recebimento e encaminhando para pagamento, desde que cumpridas todas as exigências pactuadas;
- 5.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 5.4. Remunerar o Justinasil conforme o valor estabelecido na proposta de preços presente no Processo SEI 00.004426/2025-07, de acordo com o tipo de assinatura escolhida;
- 5.5. Fazer uso das funcionalidades da Plataforma e do Produto de acordo com o previsto nos Termos de Uso da Plataforma JusBrasil disponíveis em: https://suporte.jusbrasil.com.br/hc/pt-br/articles/360041534072-Termos-de Uso-daPlataforma-Jusbrasil;
- 5.6. Não compartilhar os acessos ao Produto disponibilizados por força da contratação, sendo certo que cada login deve ser usado pelos usuários designados;
- 5.7. Caso seja identificado o compartilhamento indevido de logins, o Jusbrasil poderá interromper ou bloquear o seu acesso, sendo este restabelecido somente mediante renegociação dos valores entre as partes ou a regularização do uso.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 6.1. Sem prejuízo das suas demais obrigações legais, a Jusbrasil deverá:
- 6.1.1. Cumprir e garantir o pleno cumprimento do presente instrumento, com base na proposta apresentada, praticando as melhores técnicas administrativas e operacionais de mercado;
- 6.1.2. Indicar/designar preposto ou empregado para manter entendimento e/ou receber comunicações, solicitações ou transmiti-las ao Contratante;
- 6.1.3. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo Contratante;
- 6.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 6.1.5. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do Contratante, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação;
- 6.1.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.1.7. Prestar os serviços de acordo com as normas, especificações e condições fixados na proposta de preços e neste instrumento.
- 6.1.8. Responsabilizar-se por todas as despesas dos e/ou incorridas pelos seus empregados e prepostos relacionados à prestação dos serviços contratados.
- 6.1.9. Atender, observar, respeitar, cumprir e fazer cumprir toda a legislação em vigor relativa à proteção e preservação do meio ambiente, assim como as recomendações, procedimentos, normas e políticas internas do contratante, ou de pessoas ou empresas por ela credenciadas.
- 6.1.10. Não se utilizar de razão social, nome fantasia, marca, logotipo e/ou logomarca do contratante em material publicitário de qualquer espécie, salvo citação/menção da carca do contratante no portfólio de clientes da Jusbrasil no seu site, nas suas páginas, em materiais de comunicação online e em materiais

utilizados em eventos.

7. DOS CASOS OMISSOS

Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e às disposições do direito privado.

8. DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Documento assinado eletronicamente por **Irandiaya do Vale Nobre Bandeira Santos**, **Gerente de Contratações**, em 31/10/2025, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4°, § 3°, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://confea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador 1379376 e o código CRC 000F5A69.

Referência: Processo nº 00.004426/2025-07 SEI nº 1379376